

SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

14.^a edição
FEVEREIRO
2018

Atualizações online
www.areaseditora.pt

Índice geral

Índice cronológico

Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
 - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
 - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
 - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
 - 1.4 - Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
 - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA)
 - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT)
 - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
 - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
 - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
 - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
 - 3.2 - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)
 - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
 - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
 - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMO)
 - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
 - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
 - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
 - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
 - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)
e Imposto Especial de Jogo *Online* (IEJO)
 - 4.8 - Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário
 - 4.9 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético
 - 4.10 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica
 - 4.11 - Reforma da Fiscalidade Verde, Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículo de Baixas Emissões e Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
 - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
 - 5.2 - Código Fiscal do Investimento (CFI)
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
 - 6.1 - Lei das Finanças das Regiões Autónomas
 - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
 - 6.3 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
 - 6.4 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município
- 7 - Legislação Complementar

Compilação organizada por

José Manuel Martins Marreiros

JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Especialista em Fiscalidade reconhecido pelo ISCAL/IPL, mestrado em Gestão de Empresas com especialização em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pela UAL (parte escolar), pós-graduação em Fiscalidade pelo ISG, licenciatura em Economia pela ULHT e licenciatura em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal do quadro de pessoal técnico superior da inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira, exerce funções na área da justiça tributária, em matérias de direito fiscal internacional no que respeita à aplicação das convenções para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, conjugadas com as diretivas da União Europeia relativas à fiscalidade. Anteriormente exerceu funções na Unidade dos Grandes Contribuintes e, em comissão de serviço, na Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais.

Docente do ensino superior, em regime de acumulação e a tempo parcial, leciona no ISCAL as unidades curriculares de *Direito Fiscal Internacional* e *Gestão Fiscal Internacional* e no ISGB as de *Fiscalidade* e *Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Na ex-Direção-Geral dos Impostos exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspeção tributária, inspetor tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados:

- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, seis edições de 2013 a 2018, Áreas Editora;

Em coautoria

- *Manual de Fiscalidade*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Manual de Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2005 a 2012, Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001, Vislis Editores;
- *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora.



NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a compilar num só volume a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como destinatários os profissionais, professores e estudantes do ramo do direito fiscal, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contencioso tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar inserida por ordem cronológica [7]. Outra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo encontram-se inseridos em notas a artigos de diversos diplomas por motivo de ordem prática, nomeadamente, a sua relação direta com o assunto do artigo em causa, a sua especificidade e a consulta em simultâneo.

Contém um índice geral e um índice cronológico, bem como um índice sistemático no início de cada diploma, para resumir o seu conteúdo e facilitar a consulta.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas alteradas, em regra, referenciam-se com menção do respetivo diploma e, relativamente às mais recentes, transcreve-se a redação anterior ou a expressão objeto de alteração;
- No caso de republicação de diplomas, por razões de ordem prática, apenas se faz menção às normas alteradas subsequentemente à republicação;
- No caso de diplomas com renumeração do articulado, todas as remissões para preceitos na redação anterior consideram-se efetuadas para as disposições correspondentes na nova redação, pelo que, com o intuito de facilitar a perceção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva indica-se o artigo novo com a expressão “(atual __)”;
- Nos artigos de alguns diplomas optou-se por criar epígrafes em *italico*, não contidas nos textos legais, nos casos em que se considera fundamental a identificação do conteúdo;
- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com o símbolo “[_]” o ponto onde estão inseridos e com “p. _” a respetiva página;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos, indica-se o sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações fiscais “(disponíveis em www.portaldasfinancas.gov.pt)”;
- É utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico nos títulos, notas do autor e legislação publicada a partir de 01/01/2012, mantendo-se a legislação publicada até 31/12/2011 com a grafia anterior ao referido Acordo.

Na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), a partir de 01/01/2012, quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direções-gerais consideram-se como efetuadas à AT.

A 14.^a edição encontra-se atualizada a fevereiro de 2018, incluindo as alterações decorrentes do Orçamento do Estado para 2018 e demais legislação publicada desde a saída da 13.^a edição em março do ano anterior até à presente data, nomeadamente:

- Aprovação do Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica;
- Alterações diversas à LGT, CPPT, RGIT, RCPITA, CIRS, CIRC, CIVA, CIMI, CISelo, CISV, CIUC, IEJO e EBF;
- Regulamentação do *taxfree*, simplificando os procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes;

- Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas de incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior;
- Regulamentação da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica;
- Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS;
- Regulamentação da informação a publicar pela AT, relativa às transferências e envios de fundos para paraísos fiscais e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais;
- Alterações fiscais com a aprovação do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- Alteração da regulamentação do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos;
- Alteração do Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária;
- Determinação à AT para a publicação das informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS;
- Criação do Selo de Validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade;
- Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes afetados pelos incêndios de 15/10/2017;
- Procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares, para efeitos da dedução à coleta do IRS;
- Alterações pelo Orçamento da R.A. da Madeira para 2018;
- Alterações pelo Orçamento da R.A. dos Açores para 2018;
- Atualização de dados necessários à aplicação da lei fiscal, nomeadamente, taxa de juros de mora, valor do subsídio de refeição excluído de tributação em IRS, valor da retribuição mínima mensal garantida, valor do indexante de apoios sociais, valor da pensão mínima do regime geral, coeficientes de desvalorização da moeda, percentagens de participação variável no IRS e taxas de IMI por município;
- Aprovação e alteração de modelos declarativos de diversos impostos;
- Universo dos sujeitos passivos abrangidos pela declaração automática modelo 3 do IRS;
- Tabelas de retenção na fonte de IRS para 2018 (Continente, Açores e Madeira);
- Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação;
- Conjunto de documentos que integram o *dossier* fiscal;
- Criação do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), seus efeitos fiscais e responsabilidade dos administradores judiciais.

Sempre que ocorram alterações legislativas serão elaboradas atualizações (com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas), a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição no sítio www.areditora.pt.

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as preveem e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *italico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade do autor, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorreções. Agradece-se, desde já, a amabilidade de nos enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para o endereço josemarreiros.sfp@gmail.com.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

ÍNDICE GERAL (*)

Índice
Geral

	Página		Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO	14	4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo)	
		– Lei nº 150/99, de 11 de setembro	433
1 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS		4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV)	
1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP) <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>		– Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	451
– Decreto de 10 de abril de 1976	25	4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC)	
1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)		– Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	471
– Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro	33	4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	
1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT)		4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE)	
– Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro	61	– Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março	478
1.4 – REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT)		4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE)	
– Lei nº 15/2001, de 5 de junho	109	– Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março	481
1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)		4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE)	
– Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro	131	– Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março	484
1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (RJAT)		4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) E IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
– Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro	142	4.7.1 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ)	
1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF)		– Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro	
– Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro	149	Lei do Jogo <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ)</i>	488
2 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		– Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril	
2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS)		Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ)</i>	492
– Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro	163	4.7.2 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
– Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro <i>(Reforma da tributação das pessoas singulares)</i>	166	– Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril	
2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC)		Regime jurídico dos jogos e apostas online <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJO)</i>	494
– Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro	227	4.8 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SETOR BANCÁRIO	
– Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho	230	– Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 141º	499
– Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro <i>(Reforma da tributação das sociedades)</i>	231	4.9 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	
3 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO		– Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 228º	502
3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA)		4.10 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	
– Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro	295	– Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 168º	509
3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI)		4.11 – REFORMA DA FISCALIDADE VERDE, INCENTIVO PELA INTRODUÇÃO NO CONSUMO DE VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES E CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS SACOS DE PLÁSTICO LEVES	
– Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro	343	– Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro	510
3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC)		5 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS	
– Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho	354	5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)	
4 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS		– Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho	517
4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI)		5.2 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO (CFI)	
– Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro	387	– Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro	558
4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMT)		– Regulamentação: Portarias nºs 282/2014, de 30/12, 94/2015, de 23/03, e 297/2015, de 21/09	569/571
– Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro	421		

(*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

Página	Página
6 – REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS	
6.1 – LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>	
– Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro 575	– Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho (<i>Regulamentação do art. 14.º, n.º 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) 622
6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
6.2.1 – Taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro 580	Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro – Decreto-Lei n.º 398/86, de 26 de dezembro 623
6.2.2 – Derrama regional na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/A, de 17 de outubro 583	Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal – Decreto-Lei n.º 295/87, de 31 de julho (<i>Revogado</i>) 623
6.2.3 – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na R. A. dos Açores – Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/M, de 27 de junho 585	Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuadas pelos produtores. – Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril – Arts. 9.º e 10.º 624
6.3 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC – Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro 625
6.3.1 – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M, de 22 de fevereiro 589	Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens – Decreto-Lei n.º 31/89, de 25 de janeiro 631
6.3.2 – Taxas de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional – Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de fevereiro 590 – Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto 592	Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas – Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro 640
6.3.3 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro 593	Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais <i>(Regulamentação do n.º 6 do art. 123.º, do CIRC)</i> – Portaria n.º 118/90, de 15 de fevereiro 641
6.3.4 – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) – Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/M, de 28 de junho 595 – Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/M, de 23 de fevereiro 596	Isenção/restituição do IVA às forças armadas, forças e serviços de segurança e associações e corporações de bombeiros – Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de abril (<i>Revogado</i>) 642
6.3.5 – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/M, de 31 de dezembro 604	Sistemas de faturação e arquivo de informação – Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho – Art. 5.º 643
6.4 – REGIME FINANCEIRO DAS FINANÇAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI POR MUNICÍPIO	Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) – Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho – Art. 6.º 645
Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i> – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro 606	Regime jurídico da cobrança do IVA e do pagamento dos reembolsos – Decreto-Lei n.º 229/95, de 11 de setembro 646
Taxas de Derrama por município <i>(Lançadas nos termos do art. 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09)</i> 612	Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades – Decreto-Lei n.º 199/96, de 18 de outubro 648
Participação variável no IRS por município <i>(Fixada e dedução à coleta nos termos do art. 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09)</i> 615	Regime fiscal específico das sociedades desportivas – Lei n.º 103/97, de 13 de setembro 652
Taxas de IMI para prédios urbanos por município <i>(Fixadas nos termos dos n.ºs 5 e 18 do art. 112.º e art. 112.º-A do CIMI)</i> 617	Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil <i>(Regime excecional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI)</i> – Decreto-Lei n.º 14/98, de 28 de janeiro 653
7 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (inserida por ordem cronológica)	Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de fevereiro 654
Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos – Decreto-Lei n.º 221/85, de 3 de julho 619	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (<i>Normas fiscais</i>) – Lei n.º 35/98, de 18 de julho 659
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados – Decreto-Lei n.º 346/85, de 23 de agosto 620	Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei n.º 6/99, de 8 de janeiro 660
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais – Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de junho (<i>Regulamentação do art. 14.º, n.º 1, alínea l), do CIVA</i>) 621	Condições de emissão e atribuição de vales sociais (<i>Vales infância e vales educação</i>) – Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro 661
	Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) – Lei n.º 22/99, de 21 de abril – Arts. 3.º e 9.º 663

	Página		Página
Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho	663	Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (Regulamentação do n.º 9 do art. 138.º do CIRC) – Portaria n.º 620-A/2008, de 16 de julho	726
Pessoas coletivas de utilidade pública (<i>Isonções</i>) – Lei n.º 151/99, de 14 de setembro	669	Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIAH) – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102.º a 105.º	730
Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei n.º 362/99, de 16 de setembro	670	Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Art. 116.º	732
Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) – Lei n.º 16/2001, de 22 de junho	672	Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto	734
Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de agosto	674	Regime das depreciações e amortizações (<i>Regulamentação do n.º 1 do art. 31.º do CIRC</i>) – Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro	738
Preços de transferência (<i>Regulamentação do n.º 13 do art. 63.º CIRC</i>) – Portaria n.º 1 446-C/2001, de 21 de dezembro	676	Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (<i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho	750
Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21.º do EBF</i>) – Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho	682	Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i>) – Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho	752
Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (<i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i>) – Lei n.º 19/2003, de 20 de junho	686	Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT e criação de incentivo fiscal – Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto	754
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho	687	Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” – Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro	757
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraísos fiscais – Regulamentação do n.º 1 do art. 63.º-D da LGT</i>) – Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro	694	Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português – Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro	758
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i>), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março	696	Sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal (NIF) – Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro	765
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 (<i>Normas fiscais</i>), aprovada pela Res. da A. R. n.º 74/2004 e ratificada pelo Dec. do Presidente da República n.º 80/2004, de 16/11 ..	697	Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT – Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro	770
Tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (<i>Transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva 2003/48/CE</i>) – Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de março	698	Regime de IVA de caixa – Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio	772
Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro	702	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) – Lei n.º 49/2013, de 16 de julho	775
Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal – Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro	707	Sorteio «Fatura da Sorte» – Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro	776
Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro	708	Regime fiscal das entidades organizadoras das finais <i>UEFA Champions League</i> e <i>UEFA Women's Champions League</i> da época 2013/2014, bem como clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da sua participação naquelas partidas – Lei n.º 24/2014, de 28 de abril	778
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º CIVA</i>) – Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro	711	Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto	778
Ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março	714	Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade – Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro	783
Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA – Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio	716		
Deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo e orientações interpretativas – Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro	718		
– Despacho n.º 14 592/2008, do SEAF, de 27 de maio	721		

Página	Página
Crítérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no n.º 3 do art. 75.º-A do CIRC</i>) – Portaria n.º 275/2014, de 26 de dezembro 786	Disposições transitórias relativas a procedimentos para completar a criação de caixa postal eletrónica – Nota ao art. 19.º da LGT [1.2] ... 38
Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas (<i>Regulamentação do n.º 2 do art. 60.º do CISelo e alíneas a) e b) do n.º 5 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março 788	Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35.º da LGT [1.2] 40
Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças (<i>Regulamentação da alínea a) do n.º 1 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 338/2015, de 8 de outubro 790	Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44.º da LGT [1.2] 41
Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento – Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro 791	Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44.º da LGT [1.2] – Quadro resumo 42
Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) – Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro 794	Portaria n.º 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais – Nota ao art. 63.º-A da LGT [1.2] 47
Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) – Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro 796	Medidas de transparência contributiva (<i>Transmissão de dados entre a AT, a Segurança Social e a CGA e interconexão de dados com outras entidades</i>) – Nota ao art. 64.º da LGT [1.2] 50
Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril – Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica (<i>Regulamentação prevista no n.º 14 do art. 59.º-F do EBF</i>) [7] 800	Portaria n.º 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] 52
Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no n.º 4 do art. 41.º-B do EBF</i>) [7] 804	Despacho n.º 7689/2017, de 01 de setembro (DR, 2.ª Série) - Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] 52
Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho – Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS [7] 805	Portaria n.º 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68.º-B da LGT [1.2] 53
Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) [7] 807	Despacho n.º 1 268/2017, do Diretor-Geral da AT, publicado em 06/02 (DR, 2.ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68.º-B da LGT [1.2] 53
Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7] 808	Portaria n.º 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93.º da LGT [1.2] 58
Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, auferidas por titulares residentes em território português (<i>Versão unificada dos despachos e tabelas para residentes no Continente, R. A. dos Açores e R.A. da Madeira – 2018</i>) 810	Portaria n.º 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94.º da LGT [1.2] 58
Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (<i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i>) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties (<i>Atualizada a 26/02/2018</i>) 817	Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44.º – Alçadas – Nota ao art. 105.º da LGT [1.2] 59
Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]	
Regulamento das Custas Processuais (RCP) – Art. 5.º e quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5.º de DL n.º 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] 66	
Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9.º e 10.º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes / Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6.º do DL n.º 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] 66	
Código Civil Art. 279.º – Cômputo do termo (<i>contagem dos prazos</i>) – Nota ao art. 20.º do CPPT [1.3] 69	
Código de Processo Civil Art. 138.º – Regra da continuidade dos prazos – Nota ao art. 20.º do CPPT [1.3] 69 Art. 186.º, n.ºs 1 e 2 – Ineptidão da petição inicial – Nota ao art. 98.º do CPPT [1.3] 81	
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril – Art. 32.º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50.º do CPPT [1.3] 73	

**OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR,
QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO,
EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS
(inseridos por ordem sistemática dos artigos)**

Em notas a artigos da LGT [1.2]

Decreto-Lei n.º 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16.º, 17.º, 18.º e 21.º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19.º da LGT [1.2] 37

	Página		Página
Disposições transitórias relativas à dispensa de garantia em pagamentos a prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3]	94	Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	96	Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	183
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3]	101	Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-Aº do CIRS [2.1]	185
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3]	102	Empréstimo sem juros ou com taxa de juro inferior à de referência, concedido ou suportado pela entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nº 3, do CIRS [2.1]	187
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	102	Uso ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1]	187
Em notas a artigos do RGIT [1.4]			
Código Penal		Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1]	187
Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais (<i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i>) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4]	112	Lei nº 21/85, de 30 de julho – Art. 17º nº 1 i), e Lei nº 143/99, de 31 de agosto – Art. 4º nº 1 Dedução específica da cat. A do IRS de juizes e de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	188
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	116	Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	188
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	117	Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro: Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado; Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Notas ao art. 31º do CIRS [2.1]	190
Em notas a artigos do RJAT [1.6]			
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (<i>atual Autoridade Tributária e Aduaneira</i>) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6]	143	Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1]	191
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6]	145	Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Anexo, art. 2º, nºs 2 e 3 – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de pequenas e micro empresas – Nota ao art. 43º do CIRS [2.1]	193
Em notas a artigos do ETAF [1.7]			
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6]	152	Lei 42/2016, de 28 de dezembro - Art. 193º - Disposição transitória relativa às liquidações de IRS de 2016 – Nota ao art. 58º-A do CIRS[2.1]	196
Em notas a artigos do CIRS [2.1]			
Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Notas ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	174/175	Decreto Regulamentar nº 1/2018, de 10 de janeiro - Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1]	197
Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1]	174	Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1]	197
Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1]	175	Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1]	199
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1]	176	Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 68º-A do CIRS [2.1]	199
Mais-valias ou menos-valias fiscais (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1]	179	Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 6, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	201
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	181		

Página	Página
Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro - Arts. 2.º e 3.º	Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda
Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - Art. 194.º	- Nota ao art. 47.º, n.º 1, do CIRC [2.2] - Quadro resumo 254
Despacho n.º 15 646/2016, de 29 de dezembro (DR, 2.ª Série)	Dedução de prejuízos fiscais nas entidades residentes que exerçam
Despacho n.º 843-B/2017, de 13 de janeiro (DR, 2.ª Série)	a título principal uma atividade e nas não residentes com
Sobretaxa de IRS para os anos de 2016 e 2017	estabelecimento estável - Quadro resumo
- Notas ao art. 72.º-A do CIRS [2.1] 202/203	- Nota ao art. 52.º, n.º 1, do CIRC [2.2] 259
Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 229.º	Portaria n.º 273/2014, de 24 de dezembro - Define os elementos
Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - Arts. 192.º e 195.º n.º 3	que devem instruir o pedido de autorização de dedução de
Portaria n.º 74/2017, de 22 de fevereiro	prejuízos fiscais - Nota ao art. 52.º, n.ºs 12 e 13, do CIRC [2.2] 260
Medidas transitórias sobre deduções à coleta, a aplicar às declarações	Dedução de prejuízos fiscais e menos valias nas entidades residentes
de rendimentos de IRS relativas aos anos de 2016 e 2017	que não exerçam a título principal uma atividade - Quadro resumo
- Notas ao art. 78.º do CIRS [2.1] 205/206	- Nota ao art. 53.º, n.º 2, do CIRC [2.2] 260
Portaria n.º 368/2017, de 11 de dezembro - Define os procedimentos	Normas transitórias relativas aos resultados internos que tenham sido
de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de	eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro
serviços de fornecimento de refeições escolares	consolidado, ainda pendentes em 2015, 2016 e 2017
- Nota ao art. 78.º-D do CIRS [2.1] 208	- Nota ao art. 70.º do CIRC [2.2] 267
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional	Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 158.º - Mais-valias resultantes
(método da imputação normal) - Fórmulas de cálculo	de indemnizações por danos causados por incêndios florestais
- Nota ao art. 81.º, n.ºs 1 e 2, do CIRS [2.1] 211	- Nota ao art. 86.º-B do CIRC [2.2] 275
Normas que estabelecem a transmissão de dados da Segurança Social	Coleta do IRC por aplicação das taxas previstas nos n.ºs 1 e 2,
e a CGA para a AT - Nota art. 121.º do CIRS [2.1] 221	em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria
Portaria n.º 1 011/2001, de 21 de agosto - Tabela de atividades	coletável - Fórmulas de cálculo
- Nota ao art. 151.º do CIRS [2.1] 223	- Nota ao art. 87.º, n.ºs 1 e 2, do CIRC [2.2] 275
Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro - Fixa os procedimentos a ser	Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 novembro - Art. 2.º do Anexo - Efetivos
observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam	e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e
atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de	médias empresas (PME) - Nota ao art. 87.º, n.º 2, do CIRC [2.2] 275
consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS liquidado	Derrama estadual - Fórmulas de cálculo
- Nota ao art. 152.º do CIRS [2.1] 224	- Nota ao art. 87.º-A do CIRC [2.2] 276
Em notas a artigos do CIRC [2.2]	
Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto - Art. 57.º - Disposições fiscais	Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro - Art. 4.º - Tributação autónoma
dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT)	para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos
e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT)	refinados - Nota ao art. 88.º do CIRC [2.2] 277
- Nota ao art. 20.º do CIRC [2.1] 242	Despacho n.º 15 598/2014, de 26 de dezembro - Aprova os formulários
Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em	modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de
viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal	retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte,
(Enquadramento fiscal em IRS e IRC)	relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados
- Nota ao art. 23.º-A, n.º 1 h), do CIRC [2.2] - Quadro resumo 245	a sociedades associadas de diferentes Estados-Membros da União
Portaria n.º 279/2014, de 30 de dezembro - Fixa a taxa de juro anual a	Europeia e da Confederação Suíça
aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à	- Nota ao art. 98.º do CIRC [2.2] 281
sociedade - Nota ao art. 23.º-A, n.º 1 m), do CIRC [2.2] 245	Pagamentos por conta do IRC - Fórmulas de cálculo
Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos	- Nota ao art. 105.º do CIRC [2.2] 283
sociais, titular de parte do capital social - Fórmula de cálculo	Pagamentos adicionais por conta do IRC - Fórmulas de cálculo
do limite considerado gasto fiscal	- Nota ao art. 105.º-A do CIRC [2.2] 284
- Nota ao art. 23.º-A, n.º 1 o), do CIRC [2.2] 245	Lei n.º 10-A/2017, de 29 março - Reduz o pagamento especial por conta
Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro (período de 2017)	(períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por
Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 de novembro (período de 2016)	um regime adequado de apuramento da matéria coletável
Decreto Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de dezembro (período de 2015)	- Nota ao art. 106.º do CIRC [2.2] 285
- Estabelecem os limites máximos das perdas por imparidade	Pagamento especial por conta do IRC - Fórmulas de cálculo
e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro	- Nota ao art. 106.º do CIRC [2.2] 285
tributável em IRC - Nota ao art. 28.º C, n.º 1, do CIRC [2.2] 247/248	Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto - Arts. 13.º e 14.º - Fontes auxiliares
Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho - Define o custo de aquisição ou	de interpretação e disposição transitória
o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas,	- Nota ao art. 121.º-A do CIRC [2.2] 289
incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente	Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro
não são considerados gastos fiscais - Nota ao art. 34.º do CIRC [2.2] . 249	Portaria n.º 51/2018, de 16 de fevereiro
Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro - Art. 183.º - Alteração da	- Definem os elementos que integram o dossier fiscal e aprovam
política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios	diversos modelos de mapas - Nota ao art. 130.º do CIRC [2.2] 292
pós-emprego - Nota ao art. 43.º do CIRC [2.2] 252	Em notas a artigos do CIVA [3.1]
Mais-valias e menos-valia fiscais - Fórmula de cálculo	Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão
- Nota ao art. 46.º, n.º 2, do CIRC [2.2] 254	- Nota ao art. 1.º, n.º 2 b) do CIVA [3.1] 301

	Página		Página
Portaria n.º 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3.º, n.º 6, do CIVA [3.1]	303	Portaria n.º 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1]	340
Portaria n.º 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3.º, n.º 6, do CIVA [3.1]	303	Despacho n.º 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro – Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1]	340
Portaria n.º 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3.º, n.º 7, do CIVA [3.1]	303	Em notas a artigos do RITI [3.2]	
Tratado sobre o Funcionamento da UE – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1]	304	Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efetuadas pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público quando atuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo	347
Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro - Arts. 2º, 3º,7º,8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º n.º 1) do CIVA [3.1]	308	Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo	348
Despacho Normativo n.º 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, n.º 20), do CIVA [3.1]	309	Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo	352
Despacho Normativo n.º 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, n.º 33), do CIVA [3.1]	309	Em notas a artigos do CIEC [3.3]	
Despacho n.º 6 428/2006, publicado em 21 de março – Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1]	313	Normas transitórias relativas à introdução no consumo de bebidas não alcoólicas (adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes) Consignação da receita ao setor da saúde – Notas ao art. 87º-A do CIEC [3.3].....	372
Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo	314	Normas transitórias que estabelecem o adicional às taxas do ISP – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	376
Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, n.º 3, do CIVA [3.1]	314	Normas transitórias de redução do ISP/subsídios à pequena pesca artesanal e costeira, aos pequenos agricultores e aquicultores – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	377/378
Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1]	317	Normas transitórias relativas à introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3]	383
Portaria n.º 215/2017, de 20 de julho - Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1]	318	Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]	
Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1]	321	Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL n.º 287//2003, de 12/11 [4.1]	390
Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao 36º, n.º 11, do CIVA [3.1]	323	Portaria n.º 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, n.º 2, do DL n.º 287/2003, de 12/11 [4.1]	393
Base tributável nas faturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1]	326	Despacho n.º 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL n.º 287/2003, de 12/11 [4.1]	394
Portaria n.º 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, n.º 4, do CIVA [3.1]	328	Isenção de IMI para sujeitos passivos de baixos rendimentos – Limites do rendimento bruto do agregado familiar e do VPT global dos prédios rústicos e urbanos – Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1]	398
Portaria n.º 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B, do CIVA [3.1]	334	Portaria n.º 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogéneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	406
Despacho n.º 14 839/2005, publicado em 7 de julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1]	335	Portaria n.º 1434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional , da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no n.º 1 do art. 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	406

Página	Página
Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 407	Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9] 504
Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 407	
Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 agosto Lei nº 7-A/2016, de 30 de março – Art. 165º Conceito fiscal prédio devoluto e envio aos municípios de lista atualizada de ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos – Notas ao art. 112º do CIMI [4.1] 413/414	Em notas a artigos da Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves [4.11] Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11] 513
Adicional ao IMI – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 135º-F do CIMI [4.1] 418	Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves: – Nota ao art. 40º [4.11] 514
Em notas a artigos do CIMT [4.2]	Em notas a artigos do EBF [5.1]
Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 424	Disposições transitórias que prorrogam normas que consagram benefícios fiscais – Notas ao art. 3º do EBF [5.1] 520
Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 428	Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 526
Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 428	Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado ao reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] 528
Em notas a artigos do CISelo [4.3]	Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen e Renminbi</i>) celebrados pelo IGCP – Notas ao art. 32º-B do EBF [5.1] 531
Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 7º, nº 1 u), do CISelo [4.3] 439	Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 532
Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT igual ou superior a € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] 450	Normas transitórias que isentam de Imposto do Selo as operações de reporte de valores mobiliários – Nota ao art. 32º-D do EBF [5.1] 532
Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]	Normas transitórias que isentam de IRS e IRC rendimentos de valores mobiliários – Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 537
Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] 453	Código das Sociedades Comerciais - Art. 35º - Perda de metade do capital – Nota ao art. 43º-B do EBF [5.1] 539
Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] 453	Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 541
Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11º do CISV [4.4] 457	Lei nº 114/2017, de 29 dezembro – Art. 223º – Interconexão de dados entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Direção-Geral das Atividades Económicas – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 541
Em notas a artigos do CIUC [4.5]	Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] 544
Normas que estabelecem o adicional em sede de IUC para veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] 473/474	Lei nº 68/93, de 4 de setembro – Arts. 1º, 2º-A e 2º-B – Terrenos baldios, utilidade pública e inscrição matricial – Nota ao art. 59º do EBF [5.1] 545
Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Bancário [4.8]	Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] 548
Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 500	
Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Energético [4.9]	
Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º [4.9] 503	

	Página		Página
Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro: Art. 79.º – Plano nacional de leitura Art. 80.º – Comemorações do centenário da República – Notas ao art. 61.º do EBF [5.1]	550	Portaria n.º 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. Madeira – Nota aos arts. 21.º e 24.º do D. Leg. Regional n.º 2/2011/M [6.3.3]	594
Lei n.º 114/2017, de 29 dezembro – Art. 266.º, n.º 2 – Donativos à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação – Nota ao art. 62.º-B do EBF [5.1]	553	Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/M, de 23 de fevereiro Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4]	596
Em notas a artigos do CFI [5.2]		Em notas ao Regime financeiro das autarquias locais [6.4]	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37.º do CFI [5.2]	567	Norma transitória de confirmação de benefícios fiscais municipais até 31/12/2016 – Nota ao art. 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 [6.4]	608
Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do n.º 3 do art. 2.º do CFI [5.2]	569	Lei n.º 42/2017, de 14 de junho – Art. 7.º, n.º 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 [6.4]	608
Portaria n.º 94/2015, de 23 de março – Proceda à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2.º a 21.º, do CFI [5.2]	569	Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à coleta – Nota ao art. 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 [6.4]	610
Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro – Proceda à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RAFI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22.º a 34.º, do CFI [5.2] ..	571	Em notas a outros diplomas da Legislação Complementar [7]	
Em notas à legislação da R. A. Açores [6.2.1]		Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12.º, n.º 4 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 12.º, n.º 5 – Regime especial do IVA Art. 12.º, n.º 6 – Exclusão de tributação em IRS (<i>Revogado</i>) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7]	624
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS – Notas ao art. 4.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	581	Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14.º, n.º 3 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 14.º, n.º 4 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7]	624
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável, com a redução prevista para a R. A. dos Açores – Fórmulas de cálculo – Notas ao art. 5.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	581	Despacho Normativo n.º 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24.º-A do DL n.º 492/88, de 30/12 [7]	628
Normas que determinam os setores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à coleta de IRC e IRS – Nota ao art. 6.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	582	Normas transitórias de revogação e ripristinação – Restituição do IVA a IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Nota ao art. 2.º do DL n.º 20/90, de 13/01 [7]	640/641
Normas que fixam os valores dos projetos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual – Notas ao art. 9.º do D. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	582	Portaria n.º 1370/2007, de 19 de outubro – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não graváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5.º, n.º 3, do DL n.º 198/90, de 19/06 [7]	644
Derrama regional – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] ...	584	Normas transitórias que estabelecem que o regime de incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo IPMAEI no âmbito do SIRME – Nota ao art. 1.º do DL n.º 14/98, de 28/01 [7]	653
Pagamento adicional por conta do IRC na R. A. Açores – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 4.º do D. Leg. Regional n.º 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2]	584	Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4.º, n.ºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL n.º 29/98, de 11/02 [7]	655
Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.3]		Portaria n.º 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4.º, n.º 3, do DL n.º 6/99, de 8/01 [7]	660
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 3/2001/M [6.3.1]	589	Encargos com vales sociais (Vales infância e vales educação – Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 26/99, de 28/01 [7] – Quadro resumo	662
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º-A do D. Leg. Regional n.º 3/2001/M [6.3.1]	590	Portaria n.º 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7]	668
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2.º do D. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/02 [6.3.2]	591	Portaria n.º 796/99, de 15 setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16.º, n.º 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7]	669
Diplomas que mantêm em vigor e alteram a derrama regional – Nota ao art. 3.º do D. Leg. Regional n.º 14/2010/M [6.3.2]	592		
Diplomas que mantêm em vigor e alteram o regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. Madeira – Nota ao art. 17.º do D. Leg. Regional n.º 2/2011/M [6.3.3]	593		

Página	Página
Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7º e 8º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, DL nº 191/99, de 5/07 [7] 669	Portaria nº 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos (CIAMMCC) respeitantes a impostos, direitos e outras medidas – Nota ao art. 35º do DL nº 263/2012, de 20/12 [7] 764
Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 673	Portaria nº 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] 771
Portaria nº 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4º, nº 8, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] 684	Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro Regulamenta os procedimentos e estabelece as condições do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAITD) – Notas aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] 782
Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] 685	Portaria nº 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 797
Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro – Arts. 198º, nº 5, e 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Regime de bens em circulação objeto de transações por sujeitos passivos de IVA, anexo a esse DL [7] 688	Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 799
Portaria nº 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 691	Lei nº 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7] 806
Lei nº ____/2018, de __ de _____ – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7] 696	Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] 808
Portaria nº 563-A/2005, de 28 de junho – Aprovação dos modelos de declarações e certificados para cumprimento das obrigações da Diretiva da Poupança e dos Acordos celebrados – Nota ao art. 13º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7] 701	Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro - Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidadas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] 809
Lista dos Estados membros da União Europeia, territórios dependentes ou associados e países terceiros que, em aplicação da Diretiva da Poupança e dos Acordos celebrados, efetuam troca automática de informação ou o sistema de retenção na fonte especial – Nota aos arts. 10º e 15º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7] – Quadro resumo 701	Despacho nº 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] 821
Despacho nº 2937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de imposto português sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] 707	
Portaria nº 370/2015, de 20 de outubro – Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada (IES) – Nota ao art. 4º, nº 1, do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 709	
Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] 715	
Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL (<i>Comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i>) [7] 721	
Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro - Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7] 743	
Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 755	
Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 756	

ÍNDICE CRONOLÓGICO (*)

	Página		Página
1976			
Decreto de 10 de abril de 1976		Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1]	163
Constituição da República Portuguesa (CRP)		Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) [2.2]	227
– Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1]	25	Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7]	625
Decreto-Lei nº 437/6, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	453	1989	
1984			
Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1]	295	Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7]	631
1985			
Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho – Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos [7]	619	Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1]	517
Lei nº 21/85, de 30 de julho – Art. 17º nº 1 i) – Dedução específica da cat. A do IRS de juizes relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	188	Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	303
Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7]	620	Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]	488
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1]	314	1990	
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), CIVA [3.1]	309	Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro (<i>Revogado</i>) – Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7]	743
1986			
Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho, e Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho – Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais (<i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) [7]	621/622	Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas [7]	640
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1]	309	Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro – Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (<i>regulamentação do nº 6 do art. 123º do CIRC</i>) [7]	641
Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro – Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7]	623	Decreto-Lei nº 113/90, de 5 de abril (<i>Revogado</i>) – Isenção/restituição do IVA às forças armadas, forças e serviços de segurança e associações e corporações de bombeiros [7]	642
1987			
Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado) – Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal [7]	623	Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Artigo 5º – Sistemas de faturação e arquivo de informação [7]	643
1988			
Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuada pelos produtores [7]	624	– Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) [7]	645
		Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2]	428
1991			
		Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	453
1992			
		Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI) [3.2]	341

(*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

	Página		Página
1993			
Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2]	424	Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1]	340
Lei nº 68/93, de 4 de setembro – Arts. 1º, 2º-A e 2º-B – Terrenos baldios, utilidade pública e inscrição matricial – Nota ao art. 59º do EBF [5.1] ...	545	Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º – Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) [7]	663
1995			
Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1]	478	Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	73
Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2]	481	Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho – Regime da tesouraria do Estado [7]	663
Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro – Regime jurídico da cobrança do IVA e dos reembolsos [7]	646	Portaria nº 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LG T [1.2]	58
1996			
Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades [7]	648	Lei nº 143/99, de 31 de agosto – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	188
1997			
Lei nº 103/97, de 13 de setembro – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7]	652	Lei nº 150/99, de 11 de setembro – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3]	433
1998			
Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (<i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i>) [7]	653	Lei nº 151/99, de 14 de setembro – Pessoas coletivas de utilidade pública (<i>Isenções</i>) [7]	669
Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7]	654	Portaria nº 796/99, de 15 de setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]	669
Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3]	484	Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7]	670
Lei nº 35/98, de 18 de julho – Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (<i>Normas fiscais</i>) [7]	659	Portaria nº 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7]	660
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro – Lei Geral Tributária (LG T) [1.2]	33	Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3]	61
Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) [1.5]	131	2000	
1999			
Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7]	660	Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	188
Decreto-lei nº 26/99, de 28 de janeiro – Condições de emissão e atribuição de vales sociais (<i>Vales infância e vales educação</i>) [7]	661	Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1]	303
Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de janeiro – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores (<i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais</i>) [6.2.1]	580	2001	
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LG T [1.2]	41	Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]	58
		Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro – Taxas de IRC na R.A. da Madeira [6.3.2]	590
		Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1]	589
		Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	183
		Lei nº 15/2001, de 5 de junho – Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) [1.4]	109
		Lei nº 16/2001, de 22 de junho – Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) [7]	672

	Página		Página
Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7]	674	Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7]	655
Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1]	223	Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]	668
Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1]	191	2004	
Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro – Preços de transferência (<i>Regulamentação do art. 63º, nº 13, CIRC</i>) [7]	767	Portaria nº 150/2004, de 13 de fevereiro – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraísos fiscais</i>) [7]	694
2002		Portaria nº 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão interministerial – Nota ao art. 35º do DL nº 263/2012, de 20/12 [7]	764
Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7]	149	Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais</i>) [7]	696
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	102	Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 , aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004, publicada em 16 de novembro (<i>Normas fiscais</i>) [7]	697
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	96	Portaria nº 982/2004, de 4 de agosto – Valor médio de construção para 2003 e 2004 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo... ..	407
Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho – Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF</i>) [7]	682	2005	
Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	685	Portaria nº 99/2005, de 17 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo.... ..	407
Portaria nº 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e respetivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E – Nota art. 4º, nº 8, DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	684	Decreto-Lei nº 62/2005, de 11 de março – Tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros (<i>Transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva 2003/48/CE</i>) [7]	698
2003		Portaria nº 563-A/2005, de 28 de junho – Aprovação dos modelos de declarações e certificados para cumprimento das obrigações da Diretiva da Poupança e dos Acordos celebrados – Nota ao art. 13º do DL nº 62/2005, de 11/03 [7]	701
Portaria nº 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2.]	40	Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1]	335
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	117	Decreto-Lei nº 193/2005, de 7 de novembro – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7]	702
Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1]	321	Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1]	394
Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1]	187	Portaria nº 1 339/2005, de 30 de dezembro – Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal [7]	707
Lei nº 19/2003, de 20 de junho – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (<i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i>) [7]	686	Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro – Art. 55º, nº 3 – Norma transitória no âmbito do EBF – Nota ao art. 21º do EBF [5.1]	524
Decreto-Lei nº 147/2003, de 11 de julho – Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA [7] ..	687	2006	
Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1]	387	Portaria nº 90/2006, de 27 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo	407
– Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2]	421	Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1]	313
Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1]	393	Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de agosto – Conceito fiscal de prédio devoluto – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1]	413

Página	Página
Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 340	Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 fevereiro – Planeamento fiscal abusivo [7] ... 718
Portaria nº 1433-C/2006, de 29 dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 407	Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5º – Unidade de conta processual – Nota ao art. 5º do DL que aprova o CPPT [1.3] 66
Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro – Art. 88º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais Notas aos arts. 3º e 61º do EBF [5.1] 520/550	Despacho nº 14 592/2008, publicado em 27 de maio – Orientações interpretativas em matéria de revelação de esquemas de planeamento fiscal para prevenção e combate a atuações abusivas e evasivas – Junto ao DL nº 29/2008, de 25/02 [7] 721
2007	Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] 303
Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de janeiro – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7] 708	Portaria nº 620-A/2008, de 16 de julho – Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do nº 9 do art. 138º do CIRC</i>) [7] 726
Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de janeiro – Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos nºs 4 a 6 do art. 12º do CIVA</i>) [7] 711	Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] 116
Portaria nº 321-A/2007, de 26 de março – Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 714	Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2] 277
Decreto-Lei nº 196/2007, de 15 de maio – Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA [7] 716	Portaria nº 1545/2008, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .. 407
Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho – Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4] 451 – Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5] 471	Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro – Subsídio de refeição diário (2009 a 2016) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2), do CIRS [2.1] – Quadros resumo 174
Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7º e 8º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/07 [7] 669	Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102º a 105º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) [7] 730 – Art. 110º, nºs 1 e 2 – Normas transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 52 – Art. 116º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7] 732
Portaria nº 1 370/2007, de 19 de outubro – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regráveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5º, nº 3, do DL nº 198/90, de 19/06 [7] 644	2009
Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 de novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12º, nº 4 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA Art. 12º, nº 6 – Exclusão de tributação em IRS (<i>Revogado</i>) – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 624	Despacho nº 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL nº 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22º deste DL e Despacho nº 14 592/2008 (<i>comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i>) [7] 721
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota (3) ao art. 87º do CIRC [2.2] 275	Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2] 230
Portaria nº 1 434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do artigo 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 406	Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de agosto – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso [7] 734
Lei nº 67-A/2007, de 31 de dezembro – Arts. 79º e 80º – Plano nacional de leitura e Comemorações do centenário da República – Nota ao art. 61º do EBF [5.1] 550	Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 52
2008	Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro – Regime das depreciações e amortizações [7] 738
Portaria nº 16-A/2008, de 9 de janeiro – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 407	Portaria nº 1456/2009, de 30 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 407
Despacho nº 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] 821	2010
	Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 6, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 201

Página	Página
Decreto-Lei nº 5/2010, de 15 de janeiro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 – Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] e 11º-A do CIMI [4.1] 188/212/398	Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação (<i>Revogado</i>) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Notas ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 624
Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril – Art. 132º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 653	Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a DGCI e a DGAIEC (<i>atual AT</i>) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] 143
Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho – Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3] 354	Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária , aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] 145
Portaria nº 363/2010, de 23 de junho – Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 750	Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 500
Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de julho – Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22º do CIVA</i>) [7] 752	Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3] 102
Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º CIRC [2.2] 249	Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] 594
Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto – Arts 3º a 6º – Derrama regional [6.3.2] 592	Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287//2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1] 390
Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de dezembro – Art. 4º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 a 2018 – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo 175	Portaria nº 307/2011, de 21 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .. 407
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º CIRS [2.1] ... 181	Aviso nº 24866-A/2011, de 28 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo 42
Aviso nº 27831-F/2010, de 31 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo 42	Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1] 520/529/534 – Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2] 38/41 – Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3] 89/95 – Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] ... 439 – Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3] 479/482/485 – Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>restituição do IVA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ... 641 – Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8] 499 – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego Nota ao art. 43º do CIRC [2.2]..... 252
Decreto-Lei nº 143/2010, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de janeiro de 2011 a setembro de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 182	
Portaria nº 1330/2010, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo ... 407	
Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 98º – Disposições transitórias no âmbito do IRS Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] 188/212 – Art. 107º – Disposições transitórias no âmbito do IVA Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] 314 – Art. 125º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 30º da LGT [1.2] 39 – Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 641 – Art. 141º – Regime da contribuição sobre o setor bancário [4.8] 499	
2011	
Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro – Arts. 17º a 24º – Regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. da Madeira [6.3.3] 593	Lei nº 14-A/2012, de 30 de março – Art. 6º – Regra transitória de introdução no consumo de cigarros Nota art. 105º-A do CIEC [3.3] 382
Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT) [1.6] 142	Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 agosto – Art. 16º – Disposição final – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] 321 – Art. 15º – Caducidade de autorizações – Nota art. 40º CIVA[3.1] 325
Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional Nota ao art. 11º do CIRS [4.4] 457	Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 agosto – Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT e criação de incentivo fiscal [7] 754
Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro – Taxas de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] 589	Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT ≥ €1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] 450
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] 292	

Página	Página
Lei nº 63/2012, de 10 de dezembro – Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” [7] 757	Lei nº 44/2013, de 3 de julho – Arts. 3º e 4º – Proibição de alteração das condições do contrato de crédito à habitação e de cobrança de comissões pelo reembolso do PPR – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 02/07 [7] 684
Decreto-Lei nº 263/2012, de 20 de dezembro – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português [7] 758	Lei nº 49/2013, de 16 de julho Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) [7] 775
Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2013 – Nota ao art. 62º do CIMI[4.1] – Quadro resumo 407	Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2] 59 – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] 152
Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 755	Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] 242
Aviso nº 17289/2012, de 28 de dezembro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2013 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 42	Lei nº 71/2013, de 2 de setembro – Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] 308
Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro – Art. 42º – Redução das ajudas de custo nas deslocações ao e no estrangeiro – Nota art. 2º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 175 – Art. 198º – Disposição transitória no âmbito do IVA Notas aos arts. 9º, 78º e 78º-A do CIVA [3.1] 309/333 e ao art. 1º do Anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 688 – Art. 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Anexo a esse DL [7] 688 – Art. 210º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 376 – Art. 221º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 19º da LGT [1.2] 38 – Art. 225º – Norma transitória no âmbito do RGIT Nota ao art. 29º do RGIT [1.4] 115 – Art. 233º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] . 439 – Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 653 – Art. 247º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Sshuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 531 – Art. 248º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 537 – Art. 249º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 532 – Art. 250º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 532 – Art. 251º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 641 – Art. 252º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 499	Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.1] 575
	Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.4] 606
	Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 673
	Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro – Art. 9º – Entrada em vigor e produção de efeitos Nota ao art. 8º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7] 704
	Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] 544
	Portaria nº 370/2013, de 27 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2014 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 407
	Portaria nº 378-B/2013, de 31 de dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 182
	Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 113º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 182 – Art. 152º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] 221 – Art. 191º – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 755 – Art. 196º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] 376 – Art. 209º – Disposição transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 49º do EBF [5.1] 544 – Art. 215º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 63º-D da LGT [1.2] 49 – Art. 221º – Revogação do DL nº 281/91, de 09/08 (<i>Disposição transitória</i>) Nota ao art. 77º-A do CPPT [1.3] 77 – Art. 225º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 641 – Art. 226º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] 499 – Art. 228º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético [4.9] 502 – Art. 229º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] . 439
2013	
Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes/ Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] 66	
Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro – Sistematização e harmonização da legislação referente ao NIF [7] 765	
Decreto-Lei nº 21/2013, de 15 de fevereiro – Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT [7] 770	
Portaria nº 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 691	
Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio – Regime de IVA de caixa [7] 772	

	Página		Página
– Art. 230º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Sshuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	531	Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro – Código Fiscal do Investimento (CFI) [5.2]	558
– Art. 231º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1]	537	Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro Nºs 1 a 5 – Normas relativas à iniciativa Portugal Inovação Social – Nota ao art. 19º-A do EBF [5.1]	523
– Art. 232º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1]	532	Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1]	541
– Art. 233º – Operações de reporte – Nota ao art. 32º-D do EBF [5.1]	532	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nºs 12 e 13, do CIRC [2.2]	260
– Art. 234º – Fundos e sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional Nota art. 103º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12 [7]	730	Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-membros da UE e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2]	281
– Art. 236º – Norma transitória no âmbito do regime especial aplicável aos FIIAH e SIIAH Nota art. 8º do regime aprovado pela Lei nº 64-A/2008, 31/12 [7]	732	Portaria nº 275/2014, de 26 de dezembro – Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no nº 3 do art. 75º-A do CIRC</i>) [7]	786
– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	653	Portaria nº 278/2014, de 29 de dezembro – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12, prorrogado para 2015 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7]	755
2014			
Aviso nº 219/2014, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2014 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	42	Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2]	245
Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro – Reforma da tributação das sociedades – Alteração e republicação do CIRC	231	Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2015 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	407
Decreto-Lei nº 26-A/2014, de 17 de fevereiro Sorteio «Fatura da Sorte» [7]	776	Portaria nº 281/2014, de 30 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2014 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2]	254
Despacho nº 2 937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de IRS e IRC sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime Especial, DL nº 193/2005, de 7/11 [7]	707	Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2]	569
Lei nº 24/2014, de 28 de abril – Regime fiscal das entidades organizadoras das finais <i>UEFA Champions League</i> e <i>UEFA Women's Champions League</i> da época 2013/2014, bem como clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da sua participação naquelas partidas [7]	778	Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5]	604
Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/M, de 27 de junho – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na Região Autónoma dos Açores [6.2.3]	585	Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Portaria nº 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7]	771	– Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1]	221
Lei nº 61/2014, de 26 de agosto – Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [7]	778	– Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [4.10]	509
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 4º e 22º Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1]	176	– Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1]	329
Decreto-Lei nº 144/2014, de 30 de setembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de outubro de 2014 a dezembro de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182	– Art. 216º – Adicional em sede de IUC Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5]	473
Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º nº 11 do CIVA [3.1]	323	– Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7]	641
Decreto-Lei nº 158/2014, de 24 de outubro – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade [7]	783	– Art. 229º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	376
		– Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7]	756
		– Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8]	499
		– Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]	502
		– Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	653

Página	Página		
– Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISelo [4.3] .	439	Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural	503
– Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	531	– Nota ao art. 3º, em [4.9]	503
– Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes		Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento	334
Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1]	537	– Nota ao 78º-B do CIVA [3.1]	334
– Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1]	532	Lei nº 64/2015, de 1 de julho – Art. 4º – Limites máximos/Zona Franca da Madeira – Nota ao 36º-A do EBF [5.1]	536
– Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1]	532	Lei nº 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7]	806
Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro – Reforma da fiscalidade verde, incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida e contribuição sobre os sacos de plástico leves [4.11]	510	Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro – Proceda à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] ..	571
Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro – Reforma da tributação das pessoas singulares – Alteração e republicação do CIRS [2.1]	166	Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de outubro – Alteração e republicação do ETAF e outros diplomas [1.7]	150
Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182	Portaria nº 338/2015, de 8 de outubro – Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças – Regulamentação da alínea a) do nº 1 do art. 115º do CIRS, em [7]	790
Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da Lei nº 82-D/2014, de 31/12 [4.11]	513	Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado a permitir o reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1]	528
2015		Portaria nº 370/2015, de 20 de outubro – Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada (IES) – Nota ao art. 4º, nº 1, do DL nº 8/2007, de 17/01 [7]	709
Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7]	756	Portaria nº 400/2015, de 6 de novembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2015 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2]	254
Aviso nº 130/2015, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2015 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	42	Decreto Regulamentar nº 19/2015, de 30 de dezembro – Regulamentação das perdas por imparidade para risco específico de crédito (período 2015) – Nota ao art. 28º-C, nº 1 do CIRC [2.2]	248
Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1]	526	Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro – Art. 2º – Contribuição sobre a indústria farmacêutica – Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10]	509
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2]	567	– Art. 3º – Adicional em sede de imposto único de circulação – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5]	474
Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da referida Lei, em [4.11]	514	– Art. 4º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	376
Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1]	328	– Art. 5º – Contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8]	499
Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Proceda à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2]	569	– Art. 6º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético – Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]	502
Portaria nº 98-A/2015, de 31 de março – Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas – Regulamentação do nº 2 do art. 60º do CISelo e alíneas a) e b) do nº 5 do art. 115º do CIRS, em [7]	788	– Art. 7º – Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>Restituição do IVA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7]	641
Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas online (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) [4.7.2]	494	Lei nº 159-D/2015, de 30 de dezembro – Arts. 2º e 3º – Sobretaxa do IRS para o ano de 2016 – Nota ao art. 72º-A do CIRS [2.1]	202
Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]	492	Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7]	628		

	Página		Página
Portaria nº 419/2015, de 31 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2016 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	407	Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro – Regulamenta os procedimentos do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Nota ao art. 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7]	782
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogêneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	406	Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro – Derrama regional na R. A. dos Açores [6.2.2]	583
2016			
Aviso nº 87/2016, de 6 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2016 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	42	Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro – Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento [7]....	791
Lei nº 7-A/2016, de 30 de março		Decreto-Lei nº 67/2016, de 3 de novembro – Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) [7]	794
– Art. 72º – Medidas de transparência contributiva (<i>Transmissão de dados entre a AT, a Segurança Social e a CGA</i>)		Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro – Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito (período de 2016)	
– Nota ao art. 121º do CIRS [2.1]	221	– Nota ao art. 28º-C nº 1 do CIRC[2.2]	247
– Art. 73º – Suspensão do regime de atualização do IAS		Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro – Estabelece as condições e procedimentos para aplicação do REAIID	
– Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182	– Nota aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7]	782
– Art. 136º – Norma transitória		Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT)	
– Notas a diversos arts. do CIRC [2.2]	241/257/258/278/280	– Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7]	715
– Art. 139º – Entrega de declaração de inscrição no registo por associações de pais – Nota art. 118º do CIRC [2.2]	287	Portaria nº 316/2016, de 14 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2016	
– Art. 158º – Introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota art. 109º do CIEC [3.3]	383	– Nota ao art. 47º do CIRC [2.2]	254
– Art. 164º – Correção monetária extraordinária do valor patrimonial tributário – Nota ao art. 138º do CIMI [4.1]	420	Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro	
– Art. 165º – Envio aos municípios de lista atualizada de ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos (<i>no âmbito do DL nº 159/2006, de 08/08</i>) – Nota art. 112º do CIMI [4.1]	414	– Art. 20º nº 1 – Atualização do subsídio de refeição	
– Art. 174º – Disposição transitória no âmbito da LGT		– Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo	174
– Nota ao art. 49º da LGT [1.2]	43	– Art. 94º – Medidas de transparência contributiva (transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA)	
– Art. 177º – Disposição transitória no âmbito do CPPT		– Nota ao art. 121º do CIRS [2.1]	221
– Notas aos arts. 199º-A e 269º do CPPT [1.3]	95/105	– Art. 192º – Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2016	
– Art. 178º – Dispensa de prestação de garantia em pagamentos até 12 prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3]	94	– Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	205
– Art. 186º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7]	653	– Art. 193º - Disposição transitória relativa às liquidações de IRS de 2016	
– Art. 196º – Confirmação de benefícios fiscais municipais		– Nota ao art. 58º-A do CIRS[2.1]	196
– Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4]	608	– Art. 194º - Sobretaxa de IRS (para o ano de 2017)	
Portaria nº 65/2016, de 1 de abril – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1]		– Nota ao art. 72º-A do CIRS [2.1]	203
– Quadro resumo	182	– Art. 195º n.ºs 1 e 3 – Norma transitória no âmbito do IRS	
Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril – Art. 76º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota art. 32º-B do EBF [5.1]	531	– Notas aos arts. 2º e 78º do CIRS [2.1]	175/206
Portaria nº 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	53	– Art. 197º nº 2 – Medidas transitórias no âmbito PEC	
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretizaçãoda venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3]	101	– Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	284
Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/MI, de 28 de junho - Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) [6.3.4]	595	– Art. 198º - Norma transitória no âmbito do CIRC	
Decreto-Lei nº 38/2016, de 15 de julho – Art. 3º – Norma transitória dos pagamentos por conta do CIRC – Nota ao art. 70º do EBF [5.1]	555	– Nota ao art. 70º do CIRC [2.2]	268
Decreto-Lei nº 41/2016, de 1 de agosto		– Art. 205º - Disposição transitória no âmbito do CIVA – Notas aos arts. 27º do CIVA [3.1] e art. 2º do DL nº 113/90, de 05/04 [7]	318/643
– Art. 13º n.ºs 1 e 2 – Norma transitória – Notas aos arts. 59º-B do CIVA [3.1] e 15º do CISElo [4.3]	329/441	– Art. 213º - Consignação da receita ao setor da saúde	
– Art. 15º n.ºs 3 e 4 – Produção de efeitos em relação ao IUC de veículo de pessoa com deficiência – Nota ao art. 5º do CIUC [4.5]	472	– Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3]	373
Decreto-Lei nº 47/2016, de 22 de agosto – Art. 3º – Norma transitória do regime aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial – Nota ao art. 50º-A do CIRC [2.2]	256	– Art. 214º -Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	377
		– Art. 215º - Disposições transitórias	
		– Notas aos arts. 87º-A e 93º do CIEC [3.3]	372/378
		– Art. 220º - Norma transitória no âmbito do CIMI	
		– Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1]	398
		– Art. 223º - Disposição transitória no âmbito do CIUC	
		– Nota ao art. 5º do CIUC [4.5]	472
		– Art. 226º - Norma transitória no âmbito do EBF	
		– Notas aos arts. 3º e 41º-A do EBF [5.1]	520/538
		– Art. 231º - Disposição transitória no âmbito do CPPT	
		– Nota ao art. 183º-B do CPPT [1.3]	91
		– Art. 235º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica	
		– Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10]	509
		– Art. 236º - Adicional ao IUC – Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5]	474
		– Art. 237º - Adicional às taxas do ISP – Nota art. 92º do CIEC [3.3]	376
		– Art.º 238º - Contribuição sobre o sector bancário	
		– Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8]	499
		– Artigo 239º - IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (restituição do IVA) – Nota ao art. 2º do Decreto-Lei 20/90, de 13/01 [7]	640
		– Art. 244º - Disposição transitória no âmbito do CFI	
		– Nota ao art. 23º do CFI [5.2]	564

Página	Página
– Artº 264º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9].....	502
– Art. 266º - Unidade de conta processual (UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, diploma que aprova o CPPT [1.3] – Quadro resumo	66
Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Despacho nº 15 646/2016, de 29 de dezembro (DR, 2ª Série) Determina a não retenção na fonte da sobretaxa de IRS aos 1º e 2º escalões e o valor da remuneração mensal bruta até ao qual esta retenção na fonte não é aplicável, a partir de 01/01/2017 – Nota ao art. 72º-A do CIRS [2.1]	203
Portaria nº 345-B/2016, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2017 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..	407
2017	
Portaria nº 4/2017, de 3 de janeiro – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Aviso nº 139/2017, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2017 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	42
Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1]	407
Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro – Fixa os procedimentos para as pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota de 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1]	224
Despacho nº 843-B/2017, de 13 de janeiro – Aprova as tabelas de retenção na fonte da sobretaxa de IRS para o ano de 2017 – Nota ao art. 72º-A do CIRS [2.1]	203
Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1].....	197
Despacho nº 1 268/2017, do Diretor-Geral da AT, publicado em 06/02 (DR, 2.ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	53
Decreto-Lei nº 19/2017, de 14 de fevereiro – Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) [7].....	796
Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de Estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	548
Portaria nº 74/2017, de 22 de fevereiro – Define os procedimentos para as despesas referentes à alimentação em refeitório escolar dedutíveis à coleta do IRS do ano de 2016 – Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	206
Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro – Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] ..	596
Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9]	504
Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março – Art. 87º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	531
Portaria nº 98/2017, de 7 de março – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	285
Decreto Legislativo Regional nº 3/2017/A, de 13 de abril – Arts. 33º e 34º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	582/583
Portaria nº 89-A/2017, de 19 de abril – Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica (<i>Regulamentação prevista no nº 14 do art. 59º-F do EBF</i>) [7]	800
Portaria nº 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7]	797
Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4].....	608
Portaria nº 208/2017, de 13 de julho – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no nº 4 do art. 41º-B do EBF</i>) [7]	804
Portaria nº 215/2017, de 20 de julho – Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1]	318
Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho – Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS [7]	805
Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2]	37
Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o nº 3 do art. 63º-A da LGT, e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o art. 64º-B da LGT – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] ..	47
Lei nº 85/2017, de 18 de agosto – Art. 4º - Norma repristinatória, para prorrogação do art. 62º-A do EBF relativo ao mecenato científico – Nota ao art. 3º do EBF [5.1]	520
Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e à declaração financeira e fiscal por país do grupo de empresas multinacionais – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2]	289
Despacho nº 7689/2017, de 1 de setembro (DR, 2.ª Série) – Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	52
Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7]	807
Portaria nº 326/2017, de 30 de outubro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2017 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2]	254

	Página		Página
Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7]	808	Taxas de derrama por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4]	612
Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7]	808	Participação variável no IRS por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4]	615
Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1]	208	Taxas de IMI para prédios urbanos por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4]	617
2018			
Portaria nº 379/2017, de 19 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2018 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo.....	407	Despacho nº 84-A/2018, de 2 de janeiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no Continente para o ano de 2018 [7]	810
Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182	Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro – Arts. 32º e 33º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	582
Decreto Regulamentar nº 11/2017, de 28 de dezembro – Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2017) – Nota ao art. 28º C, nº 1, do CIRC [2.2]	247	Aviso nº 235/2018, de 4 de janeiro (DR, 2ª série) – Taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo.....	42
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro – Art. 21º – Subsídio de refeição Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo.....	174	Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro – Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7]	809
– Art. 119.º – Medidas de transparência contributiva nºs 1 e 3 a 7 – Nota ao art. 64º nº 5 da LGT [1.2]	50	Decreto Regulamentar nº 1/2018, de 10 de janeiro – Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1]	197
nºs 2 – Nota art. 121º do CIRS [2.1]	221	Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7]	799
– Art. 158º – Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais Nota aos arts. 31º do CIRS [2.1] e 86º-B do CIRC [2.2]	190/275	Despacho nº 16/2018, de 10 de janeiro (JORAM, II Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. da Madeira para o ano de 2018 [7]	810
– Art. 178º – Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) – Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo	66	Despacho nº 731/2018, de 17 de janeiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. dos Açores para o ano de 2018 [7]	810
– Art. 219º – Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota art. 93º nº 1 c) do CIEC [3.3] ..	378	Portaria nº 21/2018, de 18 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
– Art. 220º – Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º nº 1 b) do CIEC [3.3] ...	377	Portaria nº 23/2018, de 18 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	182
– Art. 223º – Interconexão de dados entre a AT e a Direção-Geral das Atividades Económicas Nota ao art. 44º do EBF [5.1]	541	Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro – Altera o conjunto de documentos que integram o <i>dossier</i> fiscal a que se refere o art. 1º da Portaria nº 92-A/2011, de 28/02, e aprova os modelos do mapa a que se refere o art. 12º, nº 1 a), do DL nº 66/2016, de 03/11 – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2]	292
– Art. 225º – Interconexão de dados no âmbito das contraordenações rodoviárias – Nota ao art. 64º nº 5 da LGT [1.2]	50	Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (<i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i>) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e <i>royalties</i> (<i>Atualizada a 26/02/2018</i>) [7]	817
– Art. 228º nº 2 – Evolução do regime simplificado Nota ao art. 31º do CIRS [2.1]	190	Lei nº ____/2018, de __ de _____ – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7]	696
– Art. 229º – Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2017 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	205		
– Art. 234º – Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2]	267		
– Art. 250º – Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3]	372		
– Art. 251º – Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos Notas aos arts. 92º e 92º-A do CIEC [3.3]	376/377		
– Art. 265º – Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 3º do EBF [5.1]	520		
– Artigo 266º – Outras disposições no âmbito do EBF nº 1 – Nota ao art. 3º do EBF [5.1]	520		
nº 2 – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1]	553		
– Artº 279º – Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8].....	499		
– Artº 280º – Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9].....	502		
– Art 281º – Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2010, de 31/12 [4.10]	509		
– Art 282º – Adicional em sede de IUC Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5].....	473/474		
– Art. 283º – Adicional às taxas do ISP Nota art. 92º do CIEC [3.3]	376		
– Art. 290º – Revogação da Portaria n.º 345-A/2016, de 30/12 Nota à Portaria nº 150/2004, de 13/02 (<i>Paraisos fiscais</i>) [7].....	695		